PL nº ____/2020 (Do Sr. José Guimarães)

Prorroga o auxílio emergencial de que trata a Lei nº 13.982/2020.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.982 de 2 de abril de 2020 para prorrogar o auxílio emergencial destinado a famílias de baixa renda em razão da pandemia de saúde causada pelo COVID-19.

Art. 2º O caput do art. 2º da Lei nº 13.982/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

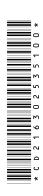
ao trabalhador que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:	
2020; o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mens	sais;
"Art. 2º Será prorrogado por 4 (quatro meses); a contar de 31 de dezembro	o de

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

<u>Justificação</u>

Atenta às graves consequências econômicas das necessárias medidas de isolamento social no ganha pão de grande parte das famílias brasileiras que muitas vezes precisam "vender o almoço para pagar a janta", a Câmara dos Deputados aprovou em 26 de março de 2020 o PL 9.236/2017, de iniciativa parlamentar, instituindo o auxílio emergencial no valor de R\$ 600 para famílias de baixa renda pelo período de 3 meses a partir da publicação da Lei 13.982 de 2 de abril de 2020.

Após alguns problemas e dificuldades para a liberação do benefício, o auxílio começou a ser pago e se mostrou extremamente necessário para que as pessoas



possam permanecer em isolamento social, sem comprometer a subsistência de suas famílias.

Ocorre que em 03 de maio de 2020, o Brasil registrou mais de cem mil casos de COVID-19 e mais de sete mil mortes confirmadas decorrentes deste vírus. Além disso, de acordo especialistas, o país ainda não atingiu o pico da pandemia. Essa realidade que levou ao isolamento social provocou por óbvio recessão econômica e deixou muitos trabalhadores brasileiros, sobretudo os informais, em situação de penúria parece que irá perdurar por mais tempo do que esperávamos.

No último dia 30 de abril o Secretário especial do Ministério da Economia, Sr. Salim Mattar, afirmou que a taxa de desemprego antes prevista para 2020 deverá dobrar e estima que os impactos da crise surgirão nos meses de julho e agosto. Ou seja, de acordo com o próprio governo a recessão econômica e o desemprego ainda se estenderão pelos próximos meses e a incerteza em relação ao COVID-19 e ao fim das medidas de isolamento não parecem ter uma resolução nos próximos dois meses, período restante do auxílio emergencial.

O argumento de restrição orçamentária e necessidade premente de reduzir despesas é falso e cruel. Primeiro, porque o Congresso Nacional aprovou a PEC nº10/2020, a qual estipulou o chamado orçamento de guerra, dando discricionariedade ao governo federal para efetuar despesas para salvar vidas e ajudar os economicamente mais vulneráveis a passar por essa crise, sem passarem fome. E é cruel, porque pretende economizar com a parcela mais sofrida da população, quando se sabe que os mais ricos deste país, sequer pagam impostos proporcionais as fortunas que ganham.

Diante de todas essas incertezas e para evitar um caos social e a fome dos brasileiros, necessário se faz estender o auxílio emergencial de R\$ 600 de que trata a Lei 13.982/2020, que até 31 de dezembro de 2020, prazo de vigência da calamidade pública decorrente do COVID-19, instituída pelo Decreto Legislativo nº 6/2020.

Diante o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei que vem socorrer os brasileiros em situação econômica mais fragilizada.

Sala das sessões, em 28 de dezembro de 2020.

Dep. José Guimarães Líder da Minoria

